

COMITÊ PATRIÓTICO DA BAHIA NA GUERRA DE CANUDOS

Camila Ribeiro Barboza de Oliveira*

Resumo: *Em meados de 1897, o Exército Brasileiro na 4ª. Campanha contra Canudos encontrava-se em dificuldades para garantir o mínimo necessário para suas tropas e sem vislumbrar o término da guerra. A cobertura da guerra nos jornais oscila entre o republicanismo comprometido com o Exército e as críticas de jornais monarquistas. Qualquer crítica feita ao Exército ou à guerra é rechaçada como antipatriotismo e monarquismo. É nesse momento que surge em Salvador o Comitê Patriótico da Bahia, uma associação criada para auxiliar as forças republicanas. Esta organização respondeu de início às necessidades do Exército, mas, no pós-guerra, este comitê tornou-se defensor dos sobreviventes belomontenses e porta - voz da consciência da elite baiana ante os crimes de guerra cometidos em Canudos pelas forças legais.*

Palavras-chave: Comitê Patriótico; ONGs; Crimes de guerra; Defesa do estado

INTRODUÇÃO

Em meados de 1897, o Exército Brasileiro encontrava-se em plena 4ª. Campanha de guerra contra Canudos, com dificuldades para garantir o mínimo necessário para suas tropas e sem vislumbrar o término da guerra.

Na imprensa, dificuldades técnicas são dadas como explicações para a prolongada campanha: grandes distâncias a serem percorridas em terreno difícil, desconhecimento do campo de batalha, clima ruim, táticas de guerrilha do inimigo. Poucos jornalistas tiveram coragem de criticar as falhas de organização responsáveis pela carência de armas, roupas e alimentação. O Exército está cansado, desanimado, quase nu e faminto.

A cobertura da guerra nos jornais oscila entre o republicanismo comprometido com o Exército e as críticas de jornais monarquistas. Não há imparcialidade de nenhuma parte. Qualquer crítica feita ao Exército ou à guerra é rechaçada como antipatriotismo e monarquismo.

Ante as constantes derrotas sofridas surgiam teorias que inocentavam o Exército de incompetência. Uma delas é a de conspiração monarquista por parte do governador baiano e da Bahia como um todo. Destas acusações, o governador Luís Vianna esforçou-se para se defender sem êxito.

É nesse momento que surge em Salvador o *Comitê Patriótico da Bahia*, uma associação criada por membros da elite soteropolitana e sustentada por doações para auxiliar as forças republicanas. Esta organização respondeu de início às necessidades do Exército, mas, no pós-guerra, este comitê tornou-se defensor dos sobreviventes belomontenses e porta voz da consciência da elite baiana ante os crimes de guerra cometidos em Canudos pelas forças legais.

1. A LOGÍSTICA PRECÁRIA DO EXÉRCITO

Com que problemas o *Comitê Patriótico da Bahia* se propôs lidar? Em princípio aos problemas logísticos do Exército: fornecer alimentação aos soldados; tratamento médico aos feridos e aos sobreviventes, aos órfãos e às viúvas, roupas, passagens para retornarem às suas cidades e educação para os órfãos.

Devido às dificuldades de transporte de Salvador a Canudos, as provisões de alimentos, remédios e armas do Exército ficavam pelo caminho, tornando a alimentação insuficiente à soldadesca. Os feridos que chegavam a Salvador pagavam do próprio soldo seu tratamento. Muitos não tinham sequer como pagar a passagem de retorno à sua cidade. No Largo do Forte de São Pedro, mulheres e crianças dos soldados se aglomeravam em acampamentos precários, criando focos para doenças.

O problema mais grave, depois da fome, era o do tratamento imediato dos feridos. As provisões médicas do Exército, mesmo não contando com as perdas nas estradas, eram insuficientes para atender às duas Colunas mandadas a Canudos. Segundo dados recolhidos por Manuel Benício¹, correspondente especial de guerra para o *Jornal do Comércio* carioca, as forças militares contavam com 12 médicos e 50 ambulâncias (das quais apenas 13 chegaram a Canudos) para 270 oficiais e 3481 praças da 1ª. Coluna. A 2ª. Coluna contava tão somente com médicos e ambulâncias da 1ª, para tratar de 2546 homens. Este jornalista, o único a criticar abertamente a desorganização do Exército, retirou-se da Bahia sob ameaças de morte antes do fim da guerra.

Na imprensa de Salvador o tratamento precário reservado aos soldados feridos tornou-se objeto de virtude cívica e patriótica². Não apenas a imprensa baiana fez vistas grossas³ ao despreparo do Exército, como transformou a indignação militar numa causa para a benemerência.

Manuel Benício⁴, em correspondência divulgada em 8 de agosto, ilustra o quadro de misérias em Monte Santo, mas esta crítica ao Exército é uma exceção. A regra é negar qualquer falha no que consta à organização militar.

Fávila Nunes, jornalista do carioca *Gazeta de Notícias*, embora em nenhum momento critique o Exército, ao contrário, não podendo negar a indignação nos hospitais militares, em reportagem de 5 de setembro, usa as carências na praça de guerra antes para desculpar que explicar a delonga na campanha, e elogiar os soldados: “As nossas forças, seminuas, meio famintas e com as maiores privações, não cedem um palmo do terreno com tantos sacrifícios conquistado. Roupas e víveres é do que mais carecem.”⁵

2. A CAMPANHA BENEFICENTE

Estes problemas o *Comitê Patriótico* tratou com a criação de enfermarias, uma em Queimadas, último ponto da estrada de ferro em direção a Canudos, outra em Cansação, vila mais próxima do campo de guerra. Em Salvador criou outras, no Mosteiro de São Bento, na

¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. No Calor da Hora, pág. 283.

² “(...) Os enfermos e os feridos da expedição a Canudos: quem neste momento merecerá mais o socorro e a dedicação de seus irmãos, do que essas legiões, que contam filhos de todos os Estados da República (...) Bahia, 26 de julho de 1897. Franz Wagner.” (Lélis, págs. 47-8).

³ “Dispendioso como é o transporte e o fornecimento de tropas em lugares de acesso e comunicação tão difíceis, não pode o governo, por si só, acudir a tudo largamente; e assim deve cada cidadão vir em seu auxílio, concorrendo, como lhe seja possível, para minorar tão dolorosa situação. (...) Bahia, 26 de julho de 1897.” (Lélis, págs. 47-8).

⁴ “Lavar com que? Só com água e aguardente. Depois um pouco de iodofórmio em cima, nova atadura e tudo feito, porque não há mais remédio. Remédio há muito, porém para pneumonia, espinhela caída, quebranto, feitiço e outras tantas enfermidades que, por ora, não há nem tem aparecido no acampamento. Destes remédios as ambulâncias vieram cheias. Para febres, ferimentos não há mais medicamentos. Era também exigir demais ao que dividiu ou organizou as ambulâncias, querer que ele soubesse que se havia de ser ferido em Canudos e ter-se febres nesses lugares pelo impaludismo!?!... A falta de medicamento tem sido causa de muitas gangrenas. O Dr. Curio faz amputação de carnes gangrenadas com perícia e limpeza. Volta o doente ao hospital, mas ainda a falta de medicamentos impede o curativo completo. E assim vai até que a última operação não possa ser mais feita sob pena de um assassinato a bisturi. Esta desorganização alastra tudo; vem do serviço de transporte e fornecimento não ter sido feito desde o início da marcha para Monte Santo.” (No Calor da Hora, pág. 281).

⁵ (No Calor da Hora, pág. 169).

estação da Calçada, e ainda utilizou as enfermarias da Escola de Medicina e do Hospital Santa Isabel.

O *Comitê Patriótico* conseguiu, através de uma campanha lançada nos mais importantes jornais de Salvador, e que logo se estendeu a todo o estado e ao país, obter doações em dinheiro, alimentos, remédios, roupas.

Doações foram feitas individualmente e por associações, clubes, paróquias, sindicatos, escolas. Em clima de festas Salvador foi palco de quermesses, peças de teatro, festas em clubes, bailes, espetáculos musicais, bandas de música nas ruas, rifas, leilões, todo tipo de evento social foi usado para arrecadar dinheiro para o *Comitê*.

Outra forma de participação na campanha foi o oferecimento de serviços. O *Comitê Patriótico* obteve gratuidade no transporte de feridos e de membros do *Comitê* por Salvador, pela Companhia de bondes *Carris Elétricos*; e nas viagens de trem entre Queimadas e Salvador a concessão foi garantida pelo diretor da estrada de ferro *São Francisco*, o também membro do *Comitê* engenheiro Miguel Teive e Argolo.

Outras pessoas contribuíram com trabalho voluntário, caso dos estudantes da Escola de Medicina, a maioria ainda no primeiro ano, nas enfermarias. Ou o serviço religioso. A pedido do presidente do *Comitê Patriótico*, um alemão protestante, três frades⁶ foram a Cansanção dar assistência religiosa aos soldados (não admitida nas enfermarias do Exército), e serviram também como enfermeiros.

O *Comitê Patriótico* custeou a estadia de soldados feridos em hotéis. Mas houve também vários casos de pessoas receberem esposas de soldados em suas casas, pagarem todas suas despesas, e se recusarem a receber ressarcimento do *Comitê*.

Outros cidadãos foram tão generosos quanto espertos. Aproveitando-se da divulgação nos jornais das listas de doadores ao *Comitê*, donos de estabelecimentos comerciais ofereceram produtos gratuitamente, e em compensação, obtiveram, também gratuitamente, publicidade para seus estabelecimentos.

E houve casos de cidadãos ainda mais espertos, que, falsificando listas de doações com o timbre do *Comitê*, enganaram muitos e faturaram mais ainda.

Esta organização passou a manejar somas tão vultosas, que se tornou alvo, não apenas de golpistas, mas de aventos. Em troca de somas absurdamente altas, diretores de asilos e orfanatos se dispuseram a recolher órfãos e viúvas de soldados. Algumas dessas instituições somente aceitariam filhos legítimos. O caso mais célebre foi o do Colégio Salesiano⁷, que recebeu a maior doação do *Comitê*, em troca de acolher os órfãos em regime de internato, até a maioridade.

O apoio mais substancial foi o do governador Luís Vianna. Este apoiou o *Comitê Patriótico* de diversas formas. Criando um crédito⁸ para esta instituição e, após um pedido de

⁶ Os frades franciscanos alemães, Pedro Sinzig e Gabriel Gröemmer, e o capuchinho italiano Jerônimo de Montefiori.

⁷ A questão era qual o valor da quantia a ser entregue ao Colégio Salesiano e quando. Criou-se em torno do assunto polêmica que se seguiu por várias sessões, e quase provocou um racha no *Comitê*. Por fim, foi feita uma doação quando se encerraram os trabalhos da organização.

⁸ “Foi sancionada a seguinte lei pelo Dr. Assis Souza: ‘O conselho municipal da capital do estado da Bahia decreta: Art. 1º. Fica o intendente autorizado a abrir um crédito extraordinário de dez contos de réis para auxiliar o empreendimento do Comitê Patriótico devendo a metade desta quantia ser aplicada a melhorar as condições de bem estar dos feridos nas lutas de Canudos e a outra metade a minorar o infortúnio das famílias dos bravos que tombaram na defesa da República contra os fanáticos de Antônio Conselheiro.’” (Diário de Notícias, 18/08/1897).

“O sr. Cons. Luís Vianna, governador do estado, sancionou em data de 14 do corrente, a seguinte resolução do congresso: Artigo único: Fica autorizado o governo a abrir um crédito até 1.000.000U para auxiliar a quarta expedição, que combate os fanáticos de Canudos, neste estado, revogadas as disposições em contrário.” (Diário de Notícias, 19/08/1897).

Aloísio de Carvalho, garantindo o tratamento⁹ aos soldados de polícia do Estado por conta do governo baiano.

Alimentação, tratamento médico, roupas, alojamento, transporte de soldados feridos e de suas famílias a seus lugares de origem e, em caso de morte ou invalidez do soldado, dinheiro para o sustento da família, recolhimento das viúvas a casas de caridade, e educação dos órfãos até a maioridade. Tudo custeado pelo *Comitê*.

O *Comitê Patriótico da Bahia* tomou para si a responsabilidade do Estado.

3. PROBLEMAS POLÍTICOS

No ano de 1897, a grande questão em torno da Guerra de Canudos era a razão do fracasso de três expedições militares contra um arraial defendido por pessoas consideradas inferiores. Em julho deste ano, a 4ª. Expedição encontrava-se cercada por fome e doenças. Não parecia que seria desta vez que o Exército retornaria vitorioso. Na imprensa republicana de todo o país todos buscavam a quem culpar. Como salvar a honra do Exército?

A resposta veio em forma de conspiração. A construção dessa história começou anos antes, com a criação de imagens de Antônio Conselheiro, e terminou com a Bahia no papel de Judas.

Lizir Arcanjo Alves, em seu livro *“Humor e Sátira na Guerra de Canudos”*, trata do papel que o humor teve na criação de uma imagem negativa de Canudos e Antônio Conselheiro. A partir da análise das seções de humor publicadas nos principais jornais brasileiros no período de 1893-7, a autora cria um painel das imagens divulgadas pela imprensa brasileira, relacionando-as com cada momento do conflito e com as filiações políticas destes jornais.

Alves observa que as opiniões publicadas nos jornais republicanos eram as mais incisivas nas descrições de Antônio Conselheiro como fanático, subversivo e perigoso. Já os jornais monarquistas, em resposta aos republicanos, esforçavam-se em defender uma imagem moderada do Conselheiro e evitar qualquer ligação de monarquistas com Canudos. Para a imprensa republicana, Canudos era um motivo de piada; para os monarquistas, Conselheiro era um grande embaraço.

Ao longo da guerra os jornais monarquistas usariam Canudos como um exemplo da incapacidade do projeto republicano de resolver os problemas sociais do Brasil, assim como a perseguição ao arraial seria a marca da intransigência do novo regime. Por outro lado, os monarquistas eram acusados, na imprensa republicana, de conspirarem pela restauração monárquica. Nesta guerra de letras, Canudos ficou isolada dentro de uma imagem entre o selvagem e o cômico.

A criação desta imagem de Conselheiro e de Canudos como signo de atraso, fanatismo religioso, crime e conspiração, foi gradativa, e cada símbolo teve seu peso mais ou menos valorizado no decorrer da guerra, respondendo a questões levantadas no desenrolar do conflito, e, como um todo discursivo, teve, como resultado final, reforçar em linguagem popular uma identidade negativa de Canudos.

O tom de ridículo,¹⁰ nas sátiras publicadas, dominou até o fim da 3ª. Campanha contra Canudos. A violência exigida contra o arraial, embalada no humor, era explícita¹¹. Com a morte

⁹ “O governador do estado, acedendo prontamente ao pedido de inteira justiça que esse nosso colega apresentava-lhe, em nome do Comitê, declarou que ia dar ordens para que fossem tratados por conta do estado os soldados de polícia que houvessem disso mister, sem sofrerem reduções no seu soldo. De público agradece o Comitê ao Sr. governador do estado a maneira cavalheirosa com que prontamente satisfizes esse reclamo, dando assim mais uma prova da sua solicitude para com os denodados combatentes de Canudos, onde a polícia baiana tem-se portado bravamente.” (Jornal de Notícias, 09/08/1897).

do Coronel Moreira César e o fracasso desta expedição, a piada sai de cena. Daí em diante o clamor pela destruição de Canudos seria feito sem eufemismos¹².

4. JAGUNÇOS E CONSPIRADORES

Concomitante aos fracassos das campanhas militares contra Canudos, a imagem de Conselheiro propagada na imprensa republicana é deslocada de “fanático” para “embusteiro da fé” e ao fim da 3ª. Campanha, há novo deslocamento para enfatizar a figura do beato como “guerrilheiro”, tanto em desenho quanto em texto. Neste momento a palavra “jagunço” é usada pela primeira vez para designar Conselheiro e Canudos. Esta ênfase no caráter criminoso e violento desta nova imagem pode ser entendida como uma necessidade da imprensa republicana em explicar as derrotas militares sem ferir o orgulho do Exército. Devido às contínuas derrotas, uma segunda explicação é dada, e, embora esta já estivesse sendo propagada, ganha maior peso após a penúltima campanha: a idéia de conspiração monarquista.

5. A BAHIA SOB SUSPEITA

Nesta guerra de jornais a Bahia, por ser seu território o palco da guerra, encontrava-se em complicada situação. Devido às acusações de parte da imprensa sulista de ser a Bahia um antro de reacionários e conspiradores monarquistas, esta teve que ser defendida. As argumentações nos jornais baianos seguiam um padrão¹³: Antônio Conselheiro não era baiano, seus seguidores vinham de diversas partes da nação, inclusive do sul, Canudos seria uma anomalia dentro de um estado cuja tradição seria ordeira e o Estado nada ganharia patrocinando uma sedição, Canudos representaria um problema nacional e não apenas baiano. Em um momento raro, os mais importantes jornais do Estado se unem para defender a Bahia¹⁴.

A quase ausência de organização republicana antes da proclamação da República assim como a pouca participação no poder de republicanos históricos, enquanto os antigos partidários monarquistas rapidamente se organizaram em partidos, nominalmente republicanos, mas

¹⁰ “*Os fanáticos de Antônio Conselheiro: Surpreende que no exército de Antônio,/ Cujo poder a todos ataranta,/ Cada soldado torne-se um demônio,/ Quando dizem estar em guerra santa! Jornal de Notícias, 30 jan. 1897*”. (ALVES, 1997, pág. 33).

¹¹ “*Prururu ... Rufando ... : Antônio Conselheiro e suas proezas. O Conselheiro tem pintado o sete/ No arraial dos Canudos, que patife!/ No seu rijo quartel ninguém se mete/ Sem que fique chatinho como um bife. (...) / Tem um soberbo exército adestrado/ P’ra o que der e vier, está bem visto,/ Anda de chambre de algodão trancado;/ É, sem tirar nem pôr, um novo Cristo./ Dizem que a sua urina tem virtudes/ Que nem os santos óleos se compara (...) / É por isso que o povo dos Canudos/ Profundamente crê no Conselheiro,/ Ele é quem faz os homens façanhudos/ E dá fortuna a quem não tem dinheiro. DN (BA), 27 nov. 1896*”. (ALVES, 1997, pág. 29).

¹² “*Devaneios: Quero Antônio Conselheiro batido, preso, castigado como merece e aniquilado o seu grupo perverso pela cegueira da ignorância; mas quero a tropa que os tiver de perseguir seja suficiente para derrotá-los completamente. (DN, BA, 1º dez. 1896)*”. (ALVES, 1997, pág. 29-30).

¹³ “*(...) Tudo quanto está sucedendo na Bahia é resultado do fanatismo ignorante, que também lavra nos demais Estados. Antônio Conselheiro não é baiano é cearense. Com ele estão indivíduos de diversos pontos do país. (...)*”(O Operário, ANO I, No. 06, Bahia 8/08/1897, págs. 1-2).

¹⁴ “*PELO NOME DA BAHIA: A imprensa baiana, unânime, pelos órgãos infradesignados, ciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reduto monarquista, protesta em nome de todas as classes sociais, que legitimamente representa, contra tão injusta e ofensiva suspeita, e afirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes. (Correio de Notícias, Estado da Bahia, A Bahia, Jornal de Notícias, Diário da Bahia, Gazeta de Notícias, Pantheon, Diário de Notícias e Cidade do Salvador) (Jornal de Notícias, 16 mar. 1897)*”. (ALVES, 1997, pág. 97-8).

essencialmente idênticos aos tempos monárquicos, deixava o Estado frágil ante qualquer acusação de conservadorismo¹⁵.

No momento em que a coesão era exigida o próprio governador Luís Viana era acusado por seus inimigos políticos (José Gonçalves e o Barão de Geremoabo) de conivência com os “fanáticos de Belo Monte” por motivações políticas.

Aproveitando-se das lacunas no Exército, o governador baiano organiza o *Batalhão Moreira César*, força designada para guardar Monte Santo, principal base do Exército. No entanto as acusações contra o chefe baiano continuam.

6. ALIANÇAS

Não foi um fato aleatório que as atividades do *Comitê Patriótico* foram minuciosamente divulgadas na imprensa de Salvador. A Comissão Executiva do *Comitê* foi constituída maciçamente por jornalistas exatamente para garantir uma ampla cobertura.

Cada grande jornal de Salvador foi representado: Aloísio de Carvalho (*Jornal de Notícias*), José Otacílio dos Santos (*Diário da Bahia*), Cassiano da França Gomes (*Diário de Notícias*), Odalberto Pereira (*Correio de Notícias*), João Batista de Castro Rebelo (*A Bahia*), Cônego Manfredo Alves de Lima (*Cidade do Salvador*) e Joaquim dos Reis Magalhães (*O republicano*).

A participação de autoridades baianas na comissão central foi essencial à instituição para que esta obtivesse do governo baiano rápido apoio. O governador Luís Viana, no momento em que está sendo acusado de ser conivente com os canudenses, na imprensa nacional, encontrou na campanha beneficente do *Comitê* uma excelente forma de responder aos ataques.

A primeira tentativa do governador Vianna de expressar fidelidade ao regime republicano foi através da criação do *Batalhão Patriótico Moreira César*¹⁶, organizado por ele em Salvador. Este batalhão teve por missão guardar a vila de Monte Santo a partir de julho; o nome em homenagem ao coronel morto na 3ª. Expedição, já elevado a herói de guerra, é claramente uma expressão de compromisso com as forças republicanas.

Com esta formação¹⁷ o *Comitê Patriótico* obteve a representatividade e a publicidade necessárias para ser o que foi: o porta-voz da sociedade baiana na guerra de Canudos.

A partir de sua criação esta instituição tornou-se o veículo do estado baiano para responder toda e qualquer questão que relacionasse a sociedade baiana aos problemas da guerra. Não apenas questões de natureza filantrópica, mas, particularmente, as acusações de traição a República.

¹⁵ “O primeiro fato que se destaca na história da Bahia republicana é a grande resistência que suas elites manifestaram em relação à mudança do regime político. Foi a última província do Império a aderir ao novo regime. Com efeito até a vigésima quinta hora, a maior parte da elite política jurou fidelidade ao Imperador e, abertamente, repudiou a ideologia igualitária da República.” (p.27). SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma Política de Acomodação**. Salvador: EDUFBA, 1999.

¹⁶ “Fávila Nunes, Monte Santo, 16/08/1897 (29/08) ‘Desde 16 de julho está guarnecendo a praça de guerra, principal base de operações, na vila de Monte Santo, o Batalhão Moreira César, que foi organizado na capital do Estado da Bahia e mandado aquartelar pelo digno e enérgico governador Dr. Luís Viana, que, desejando os seus incorporadores tomasse o batalhão o seu nome, ele agradeceu e pediu que em homenagem ao heróico militar que nos sertões baianos tombou vilmente assassinado pelos bandidos do especulador Antonio Maciel, se denominasse Moreira César.’ (No Calor da Hora, pág. 158).

¹⁷ *Jornal de Notícias*, 28/07/1897. (Lélis, pág. 49-50).

7. A IMPRENSA

Os jornais de Salvador passaram a publicar todo tipo de informação relacionada ao *Comitê Patriótico*, desde relatos de todas suas reuniões, a evolução dos trabalhos, contabilidade, listas detalhadas de doações, diários de viagens de seus membros a área de guerra, anúncios de eventos para angariar recursos, e a correspondência do *Comitê*, cartas e telegramas, de seus membros, de políticos, de religiosos, do público. Os jornais soteropolitanos tornaram-se seu canal de comunicação com o público, e um termômetro da recepção que este comitê obteve ao longo dos anos de atividade.

A atuação da imprensa de Salvador na Guerra de Canudos não se resumiu à cobertura da guerra e dos trabalhos do *Comitê Patriótico*. Foram os jornais soteropolitanos que iniciaram a criação do imaginário em torno do Belo Monte. A imprensa soteropolitana não apenas refletiu as opiniões da imprensa republicana de todo o país, ela iniciou o discurso em torno do movimento sertanejo, claramente apoiando e incitando à guerra. Com o fiasco da 3ª. Campanha ficou claro que o uso da idéia de conspiração baiana contra a República tornara-se bastante útil para preservar a imagem do Exército brasileiro, e que a aliança entre todos os jornais de Salvador para protestar inocência não retiraria o Estado do papel de traidor.

Para defender o estado dessas acusações, os jornais baianos reforçaram seu apoio ao Exército na forma de constantes elogios aos soldados¹⁸, seguido de ofensas aos conselheiristas, e freqüente afirmação de interesse de todo o povo baiano com a vitória do Exército. A preocupação¹⁹ com as acusações é expressa por diversas personalidades baianas, como o industrial Luís Tarquínio. No artigo para seu jornal, questiona o que deve ser feito para inocentar a Bahia. Tarquínio vê a resposta no *Comitê Patriótico*. Apoiar a campanha do *Comitê* é para ele não apenas uma expressão de humanitarismo, mas de patriotismo, não uma caridade, mas um dever²⁰.

Através da divulgação da campanha do *Comitê Patriótico*, cujo objetivo de início era apenas dar apoio logístico ao Exército, a imprensa baiana passa a ter um argumento forte para a apologia do Estado da Bahia no tocante a acusação de conivência e traição monarquista. O engajamento da população baiana na campanha do *Comitê Patriótico* passa a ser apresentada nos jornais não tão somente como expressão de caridade e civismo, mas principalmente como patriotismo e republicanismo²¹. O suporte logístico dado ao Exército pelo *Comitê* é colocado na imprensa baiana como a expressão de um suposto engajamento de toda a sociedade civil do Estado em garantir a vitória do Exército.

¹⁸ “O estado de saúde dos doentes chegados hoje, oficiais e praças, atesta o sofrimento dos que se bateram pelo dever.” (Jornal de Notícias, 11/08/1897).

¹⁹ “Reproduzem-se, até no Parlamento federal, as acusações contra a Bahia, e isto apesar dos fatos que as destroem, apesar do protesto unânime da imprensa desta capital. (...) que com ansiedade esperam o êxito final das armas da República contra o tristemente célebre Antônio Conselheiro e seus fanáticos sequazes.” (O Operário, ANO I, No. 06, Bahia 8/08/1897. págs. 1-2).

²⁰ “O donativo com que concorra cada qual, longe de ser um ato de caridade, a dádiva de uma esmola, é a prática de um ato de justiça, o cumprimento honroso de um dever. (...) É justo, pois, que cada um dos interessados no restabelecimento da paz no nosso sertão concorra com o que puder para amenizar os sofrimentos daqueles que ali derramam o seu sangue para prestar-nos o relevante serviço de restituir a esta terra o seu habitual sossego.” (O Operário, ANO I, No. 06, Bahia 8/08/1897. pág. 2).

²¹ “(...) abençoados os que se alistam na cruzada santa de curar os enfermos e de levar os socorros do carinho e do amor aos nossos irmãos, que, pela honra nacional, batem-se nessa desgraçada guerra intestina! A alma viril e generosa da Bahia, lacrimejante sobre os tristes sucessos que a acabrunham, não se esquece de que há prantos a enxugar com a prática da excelsa virtude! Está em ação a Caridade!” (Jornal de Notícias, 28/07/1897. Lélis, pág. 48).

REFERÊNCIAS

ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e sátira na guerra de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1997, 214 p.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**. São Paulo: Editora Ática, 1994, 510 p.

PIEIDADE, Lélis. (Coord.) OLAVO, Antônio (Org.) **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897 – 1901)**. Salvador: Portfolium Editora, 2002, 288 p.

SINZIG, Pedro. **Reminiscências dum frade**. Petrópolis: Editora Vozes. 1925, 448 p.

RESUMO

O COMITÊ PATRIÓTICO NA GUERRA DE CANUDOS

Em meados de 1897, o Exército Brasileiro na 4ª. Campanha contra Canudos encontrava-se em dificuldades para garantir o mínimo necessário para suas tropas e sem vislumbrar o término da guerra.

A cobertura da guerra nos jornais oscila entre o republicanismo comprometido com o Exército e as críticas de jornais monarquistas. Qualquer crítica feita ao Exército ou à guerra é rechaçada como antipatriotismo e monarquismo.

É nesse momento que surge em Salvador o Comitê Patriótico da Bahia, uma associação criada para auxiliar as forças republicanas. Esta organização respondeu de início às necessidades do Exército, mas, no pós-guerra, este comitê tornou-se defensor dos sobreviventes belomontenses e porta voz da consciência da elite baiana ante os crimes de guerra cometidos em Canudos pelas forças legais.

Palavras-chaves: Comitê Patriótico, ongs, crimes de guerra, defesa do estado

Camila Ribeiro Barboza de Oliveira
Bacharel em História pela Universidade Federal da Bahia em 2005
Aluna Especial no Mestrado de História da UFBA

Número da Inscrição: **2006010141**

Título do Trabalho:	COMITÊ PATRIÓTICO NA GUERRA DE CANUDOS
Vínculo ao Tema da SEMOC:	Tema livre
Área de Conhecimento:	História Regional do Brasil
Forma de Apresentação:	Comunicação
Data de Inscrição:	17/07/2006